



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 123139 - SC (2020/0016562-8)

**RELATOR** : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA  
**RECORRENTE** : ALESSANDRO LUSSOLI (PRESO)  
**ADVOGADO** : SÉRGIO TAJES GOMES - SC002951  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

### DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por ALESSANDRO LUSSOLI contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina (HC n. 5007368-68.2019.8.24.0000).

Consta dos autos que o recorrente foi condenado, por infração ao art. 157, § 3º, segunda parte, do Código Penal, à pena de 23 anos e 4 meses de reclusão, em regime fechado, sendo-lhe negado o direito de recorrer em liberdade.

Irresignada, a defesa impetrou a ordem originária, que foi denegada pelo Tribunal *a quo*, em acórdão ementado nos seguintes termos (e-STJ fls. 41/42):

*HABEAS CORPUS - LATROCÍNIO (CP, ART. 157, § 3º) - SENTENÇA CONDENATÓRIA - DECISÃO QUE MANTEVE A PRISÃO PREVENTIVA ANTERIORMENTE DECRETADA - PEDIDO DE RELAXAMENTO - IMPOSSIBILIDADE NO CASO. FUMUS COMISSI DELICTI - NEGATIVA DE AUTORIA - RECLAMO NÃO CONHECIDO NO PARTICULAR - QUESTÃO RELATIVA AO MÉRITO -IMPOSSIBILIDADE DA ABORDAGEM NA VIA ESTREITA DO WRIT - PRESENÇA DE INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA.O habeas corpus não se presta para a análise de questões que envolvam um exame aprofundado da matéria fático-probatória, de modo que o reconhecimento de eventual ilegalidade somente poderá se dar quando esta for de plano verificada, razão pela qual se torna inviável conhecer do writ no particular.ALMEJADA EXTENSÃO DOS EFEITOS DA DECISÃO PROFERIDA PELO SUPREMO CORTE NAS ADC NS. 43, 44, 54 - INVIABILIDADE -BENEFÍCIO QUE NÃO ABARCA SEGREGADOS CAUTELARMENTE -PRONUNCIAMENTO ESPECÍFICO AOS PRESOS QUE ESTÃO CUMPRINDO PENA PROVISORIAMENTE EM RAZÃO DE UMA CONDENÇÃO EM SEGUNDA INSTÂNCIA - TEMÁTICA RECHAÇADA.O Plenário da Suprema Corte, por meio do julgamento das Ações Declaratórias de Constitucionalidade 43, 44 e 54, firmou compreensão acerca da impossibilidade do início do cumprimento da pena antes de serem esgotadas todas as possibilidades de recurso. Por conseguinte, tal pronunciamento beneficia tão somente os presos que estão cumprindo pena provisoriamente em razão de condenação em segunda instância, o que, de certo, não se estende aos presos cautelarmente, preventivos ou temporários, a*

*quem os efeitos daquela interpretação não se espraiam.*

*PERICULUM LIBERTATIS - ELEMENTO EVIDENCIADO - CRIME METICULOSAMENTE ARQUITETADO - DIVISÃO DE TAREFAS - CONCURSO DE PESSOAS - UTILIZAÇÃO DE ARMAMENTO PESADO - PLANO ENGENDRADO PARA O EXTERMÍNIO DA VIDA DA VÍTIMA QUE, NAQUELA OCASIÃO, ESTARIA NO PLENO TRANSPORTE DE MALOTE CONTENDO PECÚNIA A SER DEPOSITADA NOS COFRES DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA - POSTERIOR FUGA AUXILIADA POR ROTA PREVIAMENTE TRAÇADA E POR MEIO DE DIVERSOS AUTOMÓVEIS E UM CAMINHÃO - GRAVIDADE CONCRETA DA AÇÃO E MODUS OPERANDI QUE DESVELAM A PERICULOSIDADE DOS AGENTES - RECEIO À ORDEM PÚBLICA - CÁRCERE JUSTIFICADO. Presentes indícios no sentido de que o agente e corréus arquitetaram minuciosamente um plano destinado ao extermínio da vítima, interceptando-a justamente no exato momento em que ela estaria no traslado de relevante valor em pecúnia de um estabelecimento comercial até os cofres de uma instituição financeira, não muito difícil fica perceber o nível de desajuste comportamental do envolvido para que compartilhe da liberdade, com ou sem restrições. Tal ação nefasta possui um grau de ofensividade que supera a (já elevada) reprovabilidade inerente ao latrocínio e exige uma postura firme do Poder Judiciário, frente à exacerbada periculosidade demonstrada em concreto, quanto mais fortificada pela perspicácia e engenhosidade em manter-se à margem da lei, auxiliando-se de outros comparsas, de forte armamento bélico, de uma divisão de tarefas estabelecida, de uma rota de fuga bem desenhada, tudo na intenção de por em prática uma execução vil, fria e em plena luz do dia. WRIT CONHECIDO E DENEGADO.*

Na presente oportunidade, o recorrente alega que, embora as instâncias ordinárias façam "referência de que a prisão do recorrente seja preventiva, na realidade ela é inegavelmente condenatória em face da sentença" (e-STJ fl. 61).

Aduz que a prisão antes do trânsito em julgado ofende o princípio constitucional da presunção de inocência e cita o julgamento do Supremo a respeito da impossibilidade de execução provisória da pena, afirmando que o mesmo se amolda perfeitamente ao caso.

Sublinha ser o réu primário, detentor de bons antecedentes, além de possuir família constituída, residência fixa e profissão definida.

Diante disso, requer seja concedido ao recorrente o direito de aguardar em liberdade o trânsito em julgado de sua condenação.

Contrarrazões às e-STJ fls. 67/70

Indeferida a liminar (e-STJ fl. 75), o Ministério Público Federal manifestou-se (e-STJ fls. 80/85).

É o relatório, **decido**.

Busca-se, em síntese, no presente recurso, a revogação da prisão cautelar do recorrente condenado à 23 anos e 4 meses de reclusão, em regime inicial fechado

A prisão preventiva é uma medida excepcional, de natureza cautelar, que autoriza o Estado, observadas as balizas legais e demonstrada a absoluta necessidade, a

restringir a liberdade do cidadão antes de eventual condenação com trânsito em julgado (art. 5º, LXI, LXV, LXVI e art. 93, IX, da CF).

Para a privação desse direito fundamental da pessoa humana, é indispensável a demonstração da existência da prova da materialidade do crime, da presença de indícios suficientes da autoria e do perigo gerado pelo estado de liberdade do imputado, bem como a ocorrência de um ou mais pressupostos do artigo 312 do Código de Processo Penal, que assim dispõe:

*A prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria e de perigo gerado pelo estado de liberdade do imputado.*

Quanto aos pressupostos/requisitos da prisão preventiva, colhem-se estas lições do Professor Guilherme de Souza Nucci:

*Entende-se pela expressão **[garantia da ordem pública]** a necessidade de se manter a ordem na sociedade, que, como regra, é abalada pela prática de um delito. Se este for grave, de particular repercussão, com reflexos negativos e traumáticos na vida de muitos, propiciando àqueles que tomam conhecimento da sua realização um forte sentimento de impunidade e de insegurança, cabe ao Judiciário determinar o recolhimento do agente.*

***[A conveniência da instrução processual]** é motivo resultante da garantia da existência do devido processo legal, no seu aspecto procedimental. A conveniência de todo processo é realização da instrução criminal de maneira lisa, equilibrada e imparcial, na busca da verdade real, interesse maior não somente da acusação, mas, sobretudo, do réu. Diante disso, abalos provocados pela atuação do acusado, [...] a fuga deliberada do local do crime, [...] dentre outras.*

***Asseguração da aplicação da lei penal:** significa garantir a finalidade útil do processo, que é proporcionar ao Estado o exercício do seu direito de punir, aplicando a sanção devida a quem é considerado autor de infração penal. (NUCCI, Guilherme de Souza. Código de Processo Penal Comentado. 13 ed. Rio de Janeiro: Forense: 2014, p. 699, 708 e 710).*

Embora a nova redação do referido dispositivo legal tenha acrescentado o novo pressuposto – demonstração do perigo gerado pelo estado de liberdade do imputado –, apenas explicitou entendimento já adotado pela jurisprudência pátria ao abordar a necessidade de existência de *periculum libertatis*. Portanto, caso a liberdade do acusado não represente perigo à ordem pública, econômica, à instrução criminal ou à aplicação da lei penal, não se justifica a prisão. Nesse sentido, destaco os seguintes precedentes do Supremo Tribunal Federal:

*[...] . 7. O requisito do periculum libertatis exige a demonstração do perigo, atual ou futuro, decorrente da liberdade dos imputados. 8. Para que o decreto de custódia cautelar seja idôneo, é necessário que o ato judicial constritivo da liberdade traga, fundamentadamente, elementos concretos aptos a justificar tal medida. Precedentes. 9. É imprescindível apontar-se uma conduta dos réus*

*que permita imputar-lhes a responsabilidade pela situação de perigo à genuinidade da prova. [...] (HC n. 137.066/PE, Relator Ministro DIAS TOFFOLI, Segunda Turma, julgado em 21/02/2017, DJe 13/03/2017).*

*[...]. Prisão preventiva. Decretação por força da mera gravidade da imputação, sem base em elementos fáticos concretos. Inadmissibilidade. Medida que exige, além do alto grau de probabilidade da materialidade e da autoria (fumus commissi delicti), a indicação concreta da situação de perigo gerada pelo estado de liberdade do imputado (periculum libertatis) e a efetiva demonstração de que essa situação de risco somente poderá ser evitada com a máxima compressão da liberdade do imputado. Necessidade, portanto, de indicação dos pressupostos fáticos que autorizam a conclusão de que o imputado, em liberdade, criará riscos para os meios ou o resultado do processo. [...] (HC n. 122.057/SP, Relator Ministro DIAS TOFFOLI, Primeira Turma, julgado em 02/09/2014, DJe 10/10/2014).*

*[...] III. Prisão preventiva: à falta da demonstração em concreto do periculum libertatis do acusado, nem a gravidade abstrata do crime imputado, ainda que qualificado de hediondo, nem a reprovabilidade do fato, nem o conseqüente clamor público constituem motivos idôneos à prisão preventiva: traduzem sim mal disfarçada nostalgia da extinta prisão preventiva obrigatória. (RHC n. 79.200/BA, Relator Ministro SEPÚLVEDA PERTENCE, Primeira Turma, julgado em 22/06/1999, DJU 13/08/1999).*

Idêntica é a posição desta Corte:

*[...]. 4. A validade da segregação cautelar está condicionada à observância, em decisão devidamente fundamentada, aos requisitos insertos no art. 312 do Código de Processo Penal, revelando-se indispensável a demonstração de em que consiste o periculum libertatis. [...] (RHC n. 97.893/RR, Relator Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, Sexta Turma, julgado em 17/12/2019, DJe 19/12/2019)*

*PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. PECULATO E LAVAGEM DE CAPITAIS. PRISÃO PREVENTIVA. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL CARACTERIZADO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA, DE OFÍCIO.*

*2. [...] Como é cediço, a segregação preventiva, como medida cautelar acessória e excepcional, que tem por escopo, precipuamente, a garantia do resultado útil da investigação, do posterior processo-crime, da aplicação da lei penal ou, ainda, da segurança da coletividade, exige a efetiva demonstração do periculum libertatis e do fumus commissi delicti, nos termos do art. 312 do CPP. [...] (HC n. 503.046/RN, Relator Ministro RIBEIRO DANTAS, Quinta Turma, julgado em 17/12/2019, DJe 19/12/2019)*

Exige-se, ainda, na linha inicialmente perfilhada pela jurisprudência dominante deste Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, e agora normatizada a partir da edição da Lei n. 13.964/2019, que a decisão esteja pautada em motivação concreta de fatos novos ou contemporâneos, bem como demonstrado o lastro probatório que se ajuste às hipóteses excepcionais da norma em abstrato e revelem a imprescindibilidade da medida, vedadas considerações genéricas e vazias sobre a gravidade do crime.

Nesse sentido:

*[...] III - A prisão cautelar deve ser considerada exceção, já que, por meio desta medida, priva-se o réu de seu jus libertatis antes do pronunciamento condenatório definitivo, consubstanciado na sentença transitada em julgado. É por isso que tal medida constritiva só se justifica caso demonstrada sua real indispensabilidade para assegurar a ordem pública, a instrução criminal ou a aplicação da lei penal, ex vi do artigo 312 do Código de Processo Penal [...]. (HC n. 321.201/SP, Relator Ministro FELIX FISCHER, Quinta Turma, julgado em 6/8/2015, DJe 25/8/2015)*

*[...] 2. A prisão preventiva constitui medida excepcional ao princípio da não culpabilidade, cabível, mediante decisão devidamente fundamentada, quando evidenciada a existência de circunstâncias que demonstrem a necessidade da providência extrema, nos termos dos arts. 312 e seguintes do Código de Processo Penal. [...]. (HC n. 296.543/SP, Relator Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, Sexta Turma, julgado em 02/10/2014, DJe 13/10/2014)*

O magistrado, ao condenar o recorrente que já se encontrava preso, negou-lhe o direito de recorrer em liberdade como garantia da ordem pública, nos seguintes termos (e-STJ fl. 50):

*Outrossim, nego-lhes o direito de recorrerem em liberdade, uma vez que não há justificativa para serem colocados em liberdade quando reconhecidas as suas responsabilidades criminais pelo gravíssimo crime de latrocínio consumado narrado na denúncia e estabelecido o regime fechado para início de cumprimento das penas. Além disso, verifica-se que ainda estão presentes os requisitos das prisões preventivas, especialmente a garantia da ordem pública, diante da gravidade concreta do ilícito ora apurado e estrutura bem organizada dos acusados para a empreitada criminosa, não havendo dúvidas de que pela forma em que agiram, há o risco concreto de reiteração caso tenham a liberdade restabelecida, pois demonstraram ser integrantes de um complexo esquema articulado para a subtração do malote contendo elevada quantia em espécie, sem olvidar que os instrumentos do crime, armas de alto potencial ofensivo, não restaram apreendidas e continuam na posse dos demais comparsas da quadrilha que ainda não foram identificados. E depois, pela forma como ceifaram a vida de Everaldo Soares de Campos, não há dúvida quanto a alta periculosidade dos acusados, devendo permanecerem afastados do convívio social, a fim de resguardar a garantia da ordem pública.*

O Tribunal de origem, por sua vez, também manteve a segregação do recorrente (e-STJ fls. 49/50):

*Como já referenciado em sede da respectiva ação constitucional, presentes indícios no sentido de que os corréus arquitetaram minuciosamente um plano destinado ao extermínio da vítima, interceptando-a justamente no exato momento em que ela estaria no traslado de relevante valor em pecúnia de um estabelecimento comercial até os cofres de uma instituição financeira, não muito difícil fica perceber o nível de desajuste comportamental do envolvido para que compartilhe da liberdade, com ou sem restrições. Tal ação nefasta possui um grau de ofensividade que supera a (já elevada) reprovabilidade inerente ao latrocínio e exige uma postura firme do*

*Poder Judiciário, frente à exacerbada periculosidade demonstrada em concreto, quanto mais fortificada pela perspicácia e engenhosidade em manter-se à margem da lei, em tese auxiliando-se de outras comparsas, de forte armamento bélico, de uma divisão de tarefas estabelecida, de uma rota de fuga bem desenhada, tudo na intenção de por em prática uma execução vil, fria e em plena luz do dia.*

*Ora, não é demais refrescar no particular que, em tese, o crime fez-se alinhar nada mais nada menos que a um repugnante, indigno e mal querido espetáculo de horror, sendo consciente e plenamente arquitetado para a prática de assalto mediante um número relevante de agentes, dentre os quais se aponta ao ora paciente, de divisão bem atribuída de tarefas, com a utilização de, ao que se desenha pela acusação e demais indícios, quatro veículos, inclusive um caminhão, e de pesadas armas de fogo de alto potencial lesivo, visando assegurar o sucesso da ação criminoso. Tudo, a rigor, para a vil subtração de um malote contendo milhares de reais, entre dinheiro e cheques, que os meliantes, a rigor, tinham o conhecimento prévio de que seria transportado naquela ocasião pela vítima, um Cabo da Polícia Militar (de folga) que era responsável por fazer o traslado do numerário desde um supermercado local até uma cooperativa de crédito.*

*O referido policial não teve sequer chance: recebeu execução fria e sumária mediante uso de pesados artefatos bélicos, sem qualquer cerimônia, e em horário de grande fluxo de pessoas (isso por volta das 10 horas da manhã).*

*E, adiante, consoante depurado, teria seguido o grupo uma rota de fuga previamente desenhada, divisão de lucros da ação, o pagamento de promessas de vantagens a outros auxiliares, tentativa de ocultação de vestígios, fuga dos agentes em relação à persecução penal. Tudo muito bem arquitetado, de modo realmente "profissional" pelos agentes e que dentre eles aponta-se o paciente, conforme a trazido à demasia em sede da peça acusatória.*

*Não há mesmo, diante de todos esses requintes, ao menos por ora, como desconsiderar a periculosidade manifesta que recai sob a pessoa do paciente, encontrando-se o cárcere a única opção dentre todas para sanar o risco que representa à sociedade, sobretudo sopesado o modus operandi e a gravidade concreta do delito perpetrado e em julgamento no caso em comento, capaz de desvelar (até como já alinhado em certa medida pelo juízo) o seu nível (senão carente) de ajuste comportamental para que compartilhe da liberdade.*

Como visto, as instâncias ordinárias se basearam em elementos concretos que demonstram a necessidade da custódia, sobretudo para garantir a ordem pública.

Com efeito, as decisões ordinárias constatarem que o *modus operandi* empregado (vários acusados, entre eles o recorrente, abordaram a vítima, em horário de grande fluxo de pessoas, em frente a uma agência bancária, momento em que ela transportava considerável quantia em dinheiro, quando foi alvejada com disparos de pistola .9mm e fuzil calibre 556) revela maior periculosidade do recorrente a justificar a manutenção da medida extrema para assegurar a ordem pública.

Outrossim, as circunstâncias concretas e a forma como o delito foi, em tese, praticado, demonstram a gravidade concreta da conduta. Com efeito, "se a conduta do agente – seja pela gravidade concreta da ação, seja pelo próprio modo de execução do crime – revelar inequívoca periculosidade, imperiosa a manutenção da prisão para a garantia da ordem pública, sendo despiciendo qualquer outro elemento ou fator externo àquela atividade" (HC n. 296.381/SP, Relator Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Quinta Turma, julgado em 26/8/2014, DJe 4/9/2014).

Soma-se a isso o fato de as armas não terem sido apreendidas e se encontrarem

na posse dos demais comparsas da quadrilha que ainda não foram identificados, mostrando-se necessária a custódia cautelar também como forma de impedir a continuidade delitiva pelo grupo criminoso estruturado e organizado.

Ora, a jurisprudência desta Corte é assente no sentido de que se justifica a decretação de prisão de membros de grupo criminoso como forma de interromper suas atividades.

Dessa forma, "não há coação na manutenção da prisão preventiva quando demonstrado, com base em fatores concretos, que se mostra necessária, para diminuir ou interromper a atuação dos integrantes da associação criminosa, pois há sérios riscos das atividades ilícitas serem retomadas com a soltura" (HC n. 329.806/MS, Quinta Turma, Relator Ministro JORGE MUSSI, julgado em 5/11/2015, DJe de 13/11/2015).

Em precedente análogo, entendeu o STF a legalidade de prisão cautelar que "(...) foi decretada para garantia da ordem pública e aplicação da lei penal, ante o fato de o paciente e demais corréus dedicarem-se de forma reiterada à prática do crime de tráfico de drogas. Daí a necessidade da prisão como forma de desarticular as atividades da organização criminosa e para fazer cessar imediatamente a reiteração da prática delitiva". (HC n. 115.462/RR, Relator Ministro RICARDO LEWANDOWSKI, Segunda Turma, julgado em 9/4/2013, DJe 23/4/2013).

Convém, ainda, ponderar que o entendimento abraçado pelas instâncias ordinárias encontra-se em harmonia com a jurisprudência desta Corte, no sentido de que, tendo o recorrente permanecido preso durante todo o andamento da ação penal, não faria sentido, ausentes alterações nas circunstâncias fáticas, que, com a superveniência da condenação, fosse-lhe deferida a liberdade.

Ora, "a existência de édito condenatório enfraquece a presunção de não culpabilidade, de modo que seria incoerente, não havendo alterações do quadro fático, conceder, nesse momento, a liberdade" (RHC n. 105.918/BA, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, Quinta Turma, julgado em 12/3/2019, DJe 25/3/2019).

A posição é consonante, além disso, com o Supremo Tribunal Federal, o qual possui entendimento pacífico de que, "permanecendo os fundamentos da prisão cautelar, revela-se um contrassenso conferir ao réu, que foi mantido custodiado durante a instrução, o direito de aguardar em liberdade o trânsito em julgado da condenação" (RHC n. 117.802/DF, Relator Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Segunda Turma, julgado em 10/6/2014, DJe de 1º/7/2014).

Por fim, ao contrário do que alega a defesa, não se trata prisão determinada apenas em razão da condenação do réu, nem tampouco da situação tratada pelo Supremo no julgamento das Ações Declaratórias de Constitucionalidade (ADC) n. 43, 44 e 54, a respeito da impossibilidade de execução provisória da pena.

**No caso, o recorrente permaneceu preso durante toda a instrução criminal e teve negado o direito de apelar em liberdade.**

Como visto acima, a custódia cautelar do recorrente está amparada nos requisitos legais previstos no art. 312 do CPP.

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, XVIII, b, do RISTJ, **nego provimento** ao recurso ordinário em *habeas corpus*. **Recomendo**, entretanto, de ofício, ao Juízo processante que reexamine a necessidade da segregação cautelar, tendo em vista o tempo decorrido e o disposto na Lei n. 13.964/2019.

Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

Reynaldo Soares da Fonseca  
Relator